



EBC - Empresa Brasil de Comunicação
SCRN 502, Bloco B, nº 80
70720-502 Brasília DF
Caixa Postal 08840
Fone: (61) 3799-5200

ATA DA 23ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A – EBC, REALIZADA AOS NOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZ NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO

CNPJ Nº 09.168704/0001-42

NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ima Célia Guimarães Vieira** (presidente), **João Luiz Silva Ferreira** (ministro de Estado da Cultura), **Franklin de Souza Martins** (ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), **Alexandre Navarro**, (chefe de Gabinete, representando o ministro Sergio Machado Rezende (ministro de Estado da Ciência e Tecnologia), **Erico Gonçalves da Silveira**, representando o ministro Fernando Haddad (ministro de Estado da Educação), **Ana Luiza Fleck Saibro** (vice-presidente), **Cláudio Salvador Lembo**, **José Paulo Cavalcante Filho**, **Paulo Ramos Derengoski**, **Maria da Penha Fernandes**, **Manoel Roberto Seabra Pereira**, **João Jorge Santos Rodrigues**, **Heloisa Maria Murgel Starling**, **Mário Augusto Jakobskind**, **Takashi Tome**, **Ana Maria da Conceição Veloso**, **Daniel Aarão Reis Filho**, **José Paulo Cavalcanti Filho**, **Maria Tereza Cruvinel**, na qualidade de diretora presidente, além dos diretores **José Roberto Garcez**, diretor de Serviços, **Nereide Beirão**, diretora de Jornalismo, **Marco Antonio Fioravante**, diretor Jurídico, e **Laurindo Leal Filho**, ouvidor Geral. Os ministros de Estado da Educação **Fernando Haddad**, da Ciência e Tecnologia **Sergio Machado Rezende** e os conselheiros **José Antônio Fernandes Martins**, **Paulo Sérgio Pinheiro**, **Murilo César Ramos**, **Lourival Antônio Macedo** e **Lúcia Willadino Braga** justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender a seguinte pauta: 1. Abertura e aprovação das atas da 21ª e 22ª reuniões; 2. Apresentação Ouvidoria; 3. Avaliação Cobertura Eleições 2010; 4. Programas Religiosos TV Brasil e Rádios da EBC; 5. Audiência Pública 7/12/2010; 6. Outros Assuntos. I) A Pauta da 23ª e as Atas da 21ª e 22ª Reuniões foram aprovadas por unanimidade. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** sugeriu uma discussão, ao final da reunião, sobre o Seminário Interno sobre a RNTPD ocorrido pela manhã e a confecção de um orçamento para o Conselho Curador. Sobre o segundo ponto, foi informado pela presidente Ima Célia Guimarães Vieira que os tópicos para inclusão no orçamento já estavam sendo levantados, e que uma lista seria enviada a todos os conselheiros por email para que eventualmente sugerissem novos tópicos. O conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** enfatizou a importância do seminário interno ocorrido pela manhã e solicitou que seja sintetizado e enviado a todos, principalmente aos ausentes. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** informou que o conselheiro **Lourival Antônio Macedo** distribuiu publicamente na EBC uma carta ofensiva à Diretoria Executiva, em especial ao diretor de Serviços, José Roberto Garcez (íntegra às fls. 5/7 n.t.) e solicitou um posicionamento do Conselho. O ministro **Franklin de Souza Martins** propôs uma conversa com o conselheiro. "Se ele confirmar os termos da carta, deve sofrer um voto de censura. É inadmissível. Agora, cabe um pronunciamento de que o Conselho não corrobora com esse tipo de avaliação". Deliberou-se que o Conselho, por meio de sua presidente, fará uma carta repudiando veementemente os termos utilizados, e na próxima reunião ouvirá o conselheiro. II) O Ouvidor Geral **Laurindo Leal Filho** fez a apresentação da Ouvidoria (fls. 17/23 n.t.) e distribuiu cópia escrita aos senhores conselheiros. O ministro **Franklin de Souza Martins** fez as seguintes observações: quanto à qualidade técnica, de que o sinal não chega a determinados lugares, não será resolvida no curto prazo. A solução está justamente no operador digital. "Estamos enfrentando o problema e em médio prazo teremos uma solução". Quanto à qualidade de áudio, a área técnica deve se empenhar para resolver o problema. Quanto às emissoras ditas educativas, que captam o sinal e o reproduzem como querem, deve haver uma ação mais incisiva, porque isso afeta a imagem da TV Brasil. O conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** observou que o jornalismo da EBC deveria ter destacado

mais a biografia do presidente da Argentina Nestor Kirchner e um detalhamento maior da chamada "guerra cambial", quando da cobertura a respeito de seu falecimento. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** externou que o problema do áudio só será resolvido se for contratada uma consultoria externa de engenharia. O ministro **Franklin Martins** sugeriu que seja então contratada a consultoria. O conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** observou que na Câmara de Jornalismo foi discutida a questão da cobertura internacional da TV Brasil, onde se observou que a mesma muitas vezes se iguala às emissoras comerciais na reprodução das notícias das agências internacionais. "É uma questão cultural, penso que falta às escolas de jornalismo uma cadeira de mídia pública. Os cursos de comunicação estão voltados apenas para a mídia de mercado, a mídia convencional". A diretora presidente **Tereza Cruvinel** acrescentou que o concurso da EBC atrasou porque a Diretoria Executiva solicitou que fossem incluídas na prova teórica questões sobre comunicação pública. O conselheiro **Cláudio Salvador Lembo** observou que considera o jornalismo da TV Brasil excepcional, porque mostra o Brasil real, o Brasil profundo, diferente de outros jornais; que a única crítica é que os âncoras não olham para a câmera na hora certa. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho**, referindo-se à cobertura da América do Sul, observou que o termo "patrulha ideológica" foi criado para criticar a esquerda que patrulhava determinados comportamentos, mas que hoje há uma patrulha inversa em relação à TV Brasil. "Talvez os jornalistas da TV Brasil, ressentindo-se dessa patrulha, de serem acusados de chapa branca, estão distanciados disso e indo para o extremo oposto. Como a integração da América do Sul, vejo muito mais como uma política de estado do que como uma política de governo. Não quero, de modo nenhum, que o nosso jornalismo vá começar a fazer elogios a governos e lideranças da América do Sul, mas que é preciso um jornalismo crítico no sentido forte e positivo da palavra, que não seja negativista, nem leniente e nem o seu contrário. Inclusive porque há um preconceito na sociedade brasileira contra os nossos 'hermanos' e também deles em relação a nós. A TV Brasil tem um papel muito positivo de combater esses preconceitos, contribuindo para oferecer uma visão melhor, mais balanceada, mais equilibrada desses governos e desses países". A conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** sugeriu uma parceria com a UnB, que tem um laboratório de comunicação, no sentido de oferecer cursos, debates seminários aos funcionários, aos jornalistas da EBC. O ministro **Franklin de Souza Martins**, como solução para lidar melhor com a questão da América Latina, propôs um correspondente da TV Brasil em Buenos Aires, alguém com bagagem, com visão política dos problemas, mas que ao mesmo tempo tenha respeito, não discrimine, compreenda a importância dessa relação do Brasil. Sugeriu, também, a exemplo da revista sobre a África, ter uma revista sobre a América Latina. O conselheiro **Cláudio Salvador Lembo** acrescentou que a diretora presidente apresentou uma série de entrevistas brilhantes com os presidentes latino-americanos, que raramente se vê coisa tão boa na televisão. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** observou que existe uma demanda enorme de informação sobre o Brasil nos países de língua espanhola e que a Agência Brasil deverá criar condições para esse serviço. III) A conselheira **Heloisa Maria Murgel Starling** sugeriu que a audiência pública de 7 de dezembro seja em Belo Horizonte, MG, e que pode contribuir para que a UFMG apoie a iniciativa sedendo o espaço para a realização da mesma. A sugestão foi acatada pelo Conselho Curador. O conselheiro **Paulo Ramos Derengoski**, pela tradição cultural de Minas Gerais, uma espécie de alma do Brasil, terra de Guimarães Rosa, de Carlos Drummond de Andrade e de tantos outros, sugeriu uma pauta cultural. Deliberou-se que o tema deverá ser "programação da TV Brasil". IV) A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** e a diretora de Jornalismo **Nereide Beirão** discutiram longamente sobre o tema "Avaliação Cobertura Eleições 2010" (fls. 52/62 n.t.). O conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** congratulou-se com a Diretoria de Jornalismo da EBC, destacando como ponto forte a explicação sobre o papel do legislador. O conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** sugeriu, para que a sociedade brasileira conheça um pouco melhor o Legislativo, colocar na programação debates com parlamentares, a fim de acabar com a imagem do senso comum de que todos os políticos são isso ou aquilo, de que os deputados não fazem nada etc. "Nesse sentido a TV Brasil tem um papel a desempenhar". A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** registrou o cumprimento, pela EBC, das orientações aprovadas pelo Conselho Curador com relação à cobertura das eleições e congratulou-se com a Diretoria Executiva por isso. V) A conselheira presidente, introduzindo o tema, afirmou que seu compromisso era trazer novamente o tema "programas religiosos" após as eleições e após as manifestações provenientes da consulta pública, a fim de que o Conselho definisse o encaminhamento da questão. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** fez a seguinte observação: "A

grande preocupação era se, nas objeções já esperadas, houvesse alguma fundamentação jurídica sólida contra uma eventual decisão do Conselho na esteira do parecer. Não consegui encontrar. Ao contrário, nas propostas favoráveis ao parecer, havia fundamentação jurídica a favor da construção de alternativas de programas religiosos ao invés daqueles que são atualmente divulgados." Propôs que todo o material fosse considerado pela Câmara específica e que ela preparasse uma minuta de resolução a ser apreciada na reunião do dia 7 de dezembro, circulando pelo Conselho alguns dias antes da reunião, a fim de que o Conselho tenha tempo para amadurecer sua posição. O conselheiro **José Paulo Cavalcanti Filho** observou que o assunto já foi muito debatido nos Estados Unidos. "A visão deles é encarar a religião como qualquer outra manifestação, qualquer igreja tem direito a ter o seu canal. É a pluralidade da informação como instrumento da democracia. Quanto mais fontes de emissão de informação, mais democrática será a sociedade. À medida que se pluraliza a produção da informação, menos chance há de uma informação específica interferir na democracia. A religião é tida como manifestação cultural importante e todos têm direito de se manifestar onde quiser. Os americanos são extremamente generosos na concessão de canais à emissora da televisão. Fica difícil ver que uma emissora pública, num país laico, que não tem religião oficial, tenha emissões de uma religião ou outra e bloqueie as outras". O ouvidor Geral **Laurindo Leal Filho** acrescentou que leu todas as manifestações e, pela dimensão, o volume daqueles que defendem a permanência é insignificante em relação ao problema. E acrescentou que "além de veicular os programas religiosos, a missa é realizada na TV, em um espaço público. É o Estado subvencionando uma atividade de proselitismo religioso". O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** observou, ainda, que a cessão do espaço foi dada no final dos anos 50 por Juscelino Kubitschek; que procurou saber junto à Direção da EBC se havia algum contrato, algum acordo, e não havia, é tudo de boca. O conselheiro **João Jorge Santos Rodrigues** fez as seguintes observações: "Em vários países do mundo a separação entre o estado e a religião é feita com a ideia de proteger aquelas expressões religiosas que não são da maioria. Esses programas na TV Brasil são inconstitucionais. Primeiro é o uso do espaço público, de funcionários públicos para manifestação de uma única expressão religiosa. Não pode haver um acordo verbal entre o Estado brasileiro e uma igreja. Esse contrato verbal não tem valor legal perante o Estado. Os contratos precisam ser escritos, firmados. Estamos dizendo que pode ter um programa religioso no qual terá que ter várias expressões religiosas como o budismo, o candomblé, a umbanda, até os ateus terão de se manifestar ali. Em momento algum esta comissão expressou-se contra o aspecto da religião no Estado brasileiro, contra a existência da fé. Se essa expressão fosse num país islâmico, de maioria muçulmana, como reagiríamos? Diríamos que é antidemocrático. Se tivesse, na TV pública, uma expressão do Islã e não tivesse as outras, diríamos que aquilo é antidemocrático, é antimundo ocidental. Mas convivemos com isso aqui sem que isso nos abale. Vou continuar insistindo, em respeito a nossa história brasileira, que isso precisa acabar". Ficou deliberado pelo Conselho que a Câmara de Educação, Cultura, Meio Ambiente e Ciência se debruçará sobre o tema e apresentará, alguns dias antes da reunião do dia 7 de dezembro, uma minuta para deliberação. **VI)** O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** insistiu em que a Secretaria Executiva faça um esforço, a fim de divulgar para todos os conselheiros o conteúdo do seminário sobre o operador de rede digital, já que não se pôde contar com uma assistência expressiva do Conselho. E fez as seguintes reflexões: "É muito evidente no Conselho que há uma divergência sobre a latitude de ação e discussão no Conselho Curador. Há posições de que o Conselho deve restringir-se exclusivamente a discutir os conteúdos programáticos da TV e das rádios da EBC. Há outras posições, entre as quais me incluo, que sustentam que além de discutir os programas, mesmo considerando que essa é a discussão fundamental, o Conselho tem de se preocupar com questões que, embora não sejam diretamente ligadas aos programas, incidem claramente sobre eles. Mesmo que a lei não garanta ao Conselho que resoluções suas a respeito disso tenham de ser cumpridas, mesmo que isso seja objeto de controvérsias do ponto de vista legal, há na vida social uma coisa que se chama força moral e força política. Quando um Conselho resolve uma coisa, mesmo que ele não tenha a lei do seu lado para fazer cumprir aquela resolução, aquilo tem um peso e um impacto. Seria positivo que tivéssemos uma recomendação a respeito, para essa discussão não ficar no vazio. Destaco, em primeiro lugar, a questão do operador de rede, que é o âmago da questão. Tivemos a excelente informação proporcionada pelo Dr. Ottoni Fernandes, da Secom, que disse que estava havendo um encaminhamento de entregar à Telebrás, uma empresa pública, o controle sobre o operador digital, afastando-se então a questão da PPP (Parceria Público-Privada), que inclusive

admitia a eventualidade de entregar o operador digital a uma empresa estrangeira. Essa notícia foi extremamente interessante e agradável de ouvir, porque minha grande apreensão, que compartilho com vários conselheiros, é de que um operador digital não fosse entregue hegemonicamente em mãos estrangeiras. É importante que tenhamos uma recomendação do Conselho a propósito. Proponho que o assunto entre na pauta da próxima reunião para discussão. Redigirei uma recomendação a respeito e farei circular pelo Conselho. Em segundo lugar, tivemos, no seminário de hoje de manhã, a presença de representantes de televisões locais, de assembleias legislativas, de TVs universitárias e foi muito boa a conversa, todos manifestaram uma grande disposição e desejo de participar melhor desse processo da formação da TV pública e também manifestar uma grande apreensão em relação à questão do operador digital de se surpreender em determinado momento fora desse circuito. Também devemos ter uma apreciação sobre isso. Isso incide claramente sobre os conteúdos programáticos da rede pública de TV e rádio, porque quanto mais essas instituições sejam protegidas, incentivadas, integradas no sistema público, mais o sistema público será democratizado, plural, prestigiará as intervenções regionais. Essa também é uma questão importante, que tem a ver com a distribuição dos conteúdos. Sobre esses dois assuntos, o Conselho deveria se pronunciar. Não desejo que essas discussões fiquem no ar, mas que ganhem uma concretização em termos de orientação a ser dada". O conselheiro **José Paulo Cavalcanti Filho**, associando-se às preocupações do conselheiro Daniel Aarão, observou que o Congresso Nacional, a quem cabe discutir as questões ligadas à nacionalidade e à soberania, pelo menos em dois textos fundamentais optou no sentido de permanecer com o privilégio de nacionais a propriedade de meios de comunicação. "Ficou assente que meios de comunicações, por razões de soberania nacional, devem permanecer em controle de brasileiros. A Anatel, de maneira ilegal, já foi alertada várias vezes sobre isso, usando o artifício de separar meios de comunicação de telecomunicações. O jornal tem de ser de brasileiro, a televisão aberta tem de ser de brasileiro, o cabo tem de ser de brasileiro, e satélite pode ser de qualquer país do mundo. O governo brasileiro não percebe que a vontade nacional é preservar em mãos brasileiras o controle dos meios de comunicação". A conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** posicionou-se da seguinte forma: "Esse debate já passou da hora no Brasil. Uma parcela pequena da sociedade brasileira já vem discutindo esses temas de regulação dentro da academia, fora da academia, dentro dos movimentos sociais. É muito importante que haja esse debate nacional. Concordo com o Conselheiro Daniel Aarão e quero solidarizar-me com a proposta. Ficamos muito satisfeitos com essa possibilidade, referida hoje pela manhã pelo Dr. Ottoni Fernandes. É um elemento novo nesse debate". Após as discussões, deliberou-se que o grupo de trabalho que já estuda o assunto, formado pelos conselheiros Takashi Tome, Murilo Ramos e Daniel Aarão, integrar-se-ão os conselheiros Mário Augusto Jakobskind e Ana Maria Veloso, e, na próxima reunião, trará uma minuta de resolução com recomendações. Esgotada a pauta, a presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** encerrou a reunião, ficando marcada a próxima reunião do Conselho Curador da EBC para o dia 7 de dezembro. Para constar, eu, **Diogo Moyses Rodrigues**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.



IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Presidente



ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Vice-presidente



JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
Ministro de Estado da Cultura





FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República



ERICO GONÇALVES DA SILVEIRA

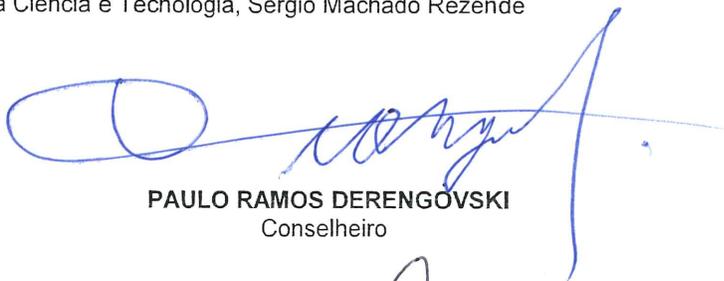
Representante do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad

ALEXANDRE NAVARRO

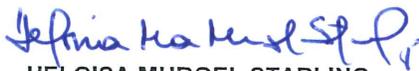
Representante do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende



MANOEL ROBERTO SEABRA
Conselheiro



PAULO RAMOS DERENGOVSKI
Conselheiro



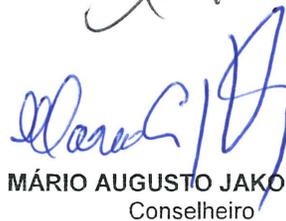
HELOISA MURGEL STARLING
Conselheira



CLÁUDIO SALVADOR LEMBO
Conselheiro



TAKASHI TOME
Conselheiro



MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND
Conselheiro

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO
Conselheiro



JOÃO JORGE RODRIGUES
Conselheiro



ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira



DANIEL AARÃO REIS FILHO
Conselheiro



MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES
Conselheira



LAURINDO LEAL FILHO
Ouvidor-Geral da EBC



MARIA TEREZA CRUVINEL
Diretora-Presidente da EBC



DIOGO MOYSES RODRIGUES
Secretário